

FORMAÇÃO E PRÁTICA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I¹

Autor (1) **SILVA**, Maria Girleny Roberto da;
Especialista em Educação

Instituto Superior de Educação de Cajazeiras- ISEC, Cajazeiras/PB, Brasil. Email: gerleny1.czg@mail.com

Co-autor (1) **SILVA**, José Amiraldo Alves da.
Doutor em Educação

Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras/PB, Brasil. Email: amiralves_2@hotmail.com

RESUMO

O trabalho analisou as políticas públicas para formação e prática de professores, destacando a forma como vêm sendo implantadas no contexto educacional e sua importância na formação e atuação do docente enquanto sujeito crítico-reflexivo. A pesquisa teve como *locus* de investigação, duas escolas da rede municipal da cidade de Cajazeiras-PB, sendo desenvolvida através de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa de campo do tipo descritiva, numa abordagem qualitativa. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada, aplicada com quatro (04) professoras do Ensino Fundamental I. Os resultados evidenciaram a necessidade a implantação de uma política global de formação e de valorização dos profissionais da educação, além da elaboração de políticas públicas para formação de professores que atenda a realidade educacional em que os professores estão inseridos, e que corroborem com a formação de professores críticos reflexivos, capacitados para atuarem como agente de transformação social.

Palavras-chave: Formação Docente. Políticas Públicas. Prática Pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho procurou analisar a formação e prática de professores do Ensino Fundamental I, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre a formação do professor para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com o propósito de ampliar o conhecimento sobre as políticas públicas para formação e prática de professores, observando como estas vêm sendo implantadas e a importância na formação e atuação do profissional docente enquanto sujeito crítico-reflexivo.

A investigação procurou responder aos seguintes questionamentos: Como o curso de formação inicial e continuada contribui para atuação docente? Qual a compreensão dos professores sobre as políticas públicas para formação inicial e continuada de professores do Ensino Fundamental I? Como estão configurados os desafios da formação e prática dos professores do Ensino Fundamental I?

As considerações tecidas no decorrer do estudo corroboram para a reflexão e compreensão sobre a importância de repensar a formação de professores, no processo de implementação das políticas públicas, de maneira que estas contribuam de forma significativa

¹ Trabalho curricular

no que se refere a melhorias das condições de exercício da atividade docente e no desempenho dos alunos, garantindo, assim, melhores condições educacionais.

2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I: ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRÁTICA REFLETIDA

Historicamente a formação de professores no Brasil passou por reformas baseadas nos períodos históricos e nas normatizações constitucionais. De sorte que se deve considerar que estamos longe de uma política de melhor qualificação real dos professores da Educação Básica. Nesse contexto, as normatizações existentes não estão sendo suficientes para garantir minimamente essa qualificação no que se refere à formação inicial (ANDRÉ; BARRETO; GATTI, 2011, p. 100).

As formações realizadas não têm garantido as condições de exercício da prática pedagógica, uma vez que as diretrizes e currículos continuam distantes da realidade do profissional e do contexto escolar, o que compromete a qualidade da formação e do trabalho docente.

Para cumprir o que determina a LDB, a atuação dos professores da Educação Básica deverá atender a exigência do artigo 62 no que se refere à formação necessária para atuação do profissional docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, com o objetivo e garantir qualidade educacional ao tornar lei que para atuação enquanto profissional na Educação Básica será através da formação em nível superior e como formação mínima a modalidade Normal.

Nesse contexto histórico de expansão dos cursos superiores para atender a demanda educacional de formação de professores em curso superior para atuação nos anos iniciais com base na LDB, observou-se a falta de compromisso governamental com o desenvolvimento da educação básica com a valorização da formação à distância e a grande certificação em massa de profissionais sem pensar no desenvolvimento social.

No que se referem à formação continuada, as políticas públicas têm sido fomentada com base na LDB atual:

Art. 63, § III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. Art. 67 - Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público. § II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim.

Deve-se considerar que a formação do professor se faz em um processo contínuo, por meio da elaboração dos saberes profissionais adquiridos na formação inicial com a prática

exercida na sala de aula, tornando-o um o profissional reflexivo é sujeito de sua ação pedagógica. “[...] A alternativa que propõe a epistemologia da prática, ou seja, um conhecimento produzido na ação e sobre a ação de ensinar (ação/reflexão/ação refletida)” (PIMENTA, 2002, p. 164).

Os professores enquanto pesquisadores da sua prática, ressignificam a ação pedagógica através da práxis que leva o professor ao processo de investigação, elaboração do conhecimento, reformulações da sua prática pedagógica e intervenção na ação pedagógica, considerando a realidade sociocultural dos educando.

Para tanto, os professores precisam de uma formação crítica/reflexiva que possibilite refletir sua prática, onde o trabalho docente é também momento de elaboração do conhecimento e de formação permanente.

Como afirma Freire (1996, p.17), “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática”. Tal afirmação nos faz pensar sobre a importância da formação inicial e continuada enquanto espaço de reflexão crítica da prática pedagógica. Uma práxis pedagógica que oportuniza o professor a construir sua identidade de forma contínua através da prática-reflexão-prática do fazer pedagógico no processo educacional.

Nóvoa (2002) enfatiza que a formação não se constitui meramente através da quantidade de participação em formações, capacitações, oficinas e entre outros cursos para professores em exercício na sala de aula. A formação se faz quando o professor se percebe enquanto sujeito da ação pedagógica capaz de refletir criticamente sobre a prática, quando o professor ressignifica sua identidade enquanto profissional docente, sendo capaz de atuar utilizando os diversos saberes adquiridos ao longo do exercício da sua prática. Portanto, a formação continuada se constitui enquanto espaço de reflexão, crítica da prática pedagógica, oportuniza o professor a construir sua identidade de forma contínua através da reflexão do fazer pedagógico.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi desenvolvida inicialmente por meio de uma pesquisa bibliográfica seguida de uma pesquisa de campo, do tipo descritivo, numa abordagem qualitativa. Sendo realizada em duas escolas da rede municipal de Cajazeiras-PB, com quatro professoras, denominadas de: P1, P2, P3 e P4, seguindo as normas éticas quanto ao sigilo das identidades dos sujeitos investigados. A coleta dos dados foi feita por meio de uma entrevista

semiestruturada, uma vez que o roteiro da pesquisa deve ser em forma de tópicos semiestruturados, utilizando-se o mesmo padrão (itens) para cada pessoa ou grupo que se pretende entrevistar, com o propósito de coletar informações necessárias e ajustadas aos objetivos da pesquisa (OLIVEIRA, 2008).

A análise dos dados foi feita procurando realizar uma reflexão que possibilitasse a elaboração de um conhecimento significativo para a investigação, a partir da realidade que os docentes, sujeitos da pesquisa estão inseridos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As análises sobre políticas públicas para formação de professores do Ensino Fundamental I foram fundamentadas na compreensão das professoras sobre as políticas públicas para formação inicial e continuada e sua influência na prática pedagógica.

A formação continuada tem sido discutida no âmbito das políticas de formação docentes no Brasil, objetivando garantir que os profissionais tenham a formação exigida pela LDB atual, objetivando a melhoria da qualidade na oferta educacional.

No que se refere a formação continuada dos professores que atuam no fundamental I no município de Cajazeiras, as falas das professoras expressaram suas percepções sobre as formações continuadas que participam. Os trechos estão destacados nas falas a seguir:

As capacitações oferecidas pelo município estão acontecendo é de quinze em quinze dias, uma semana na escola e outra na Biblioteca Municipal através da Secretaria Municipal de Educação. A Formação continuada do Município vem acontecendo, algumas formações ajudam muito no decorrer do ano, mais, devem melhorar (P3, 2015).

Na fala da professora entrevistada, percebe-se que as formações continuadas conforme preconiza a LDB n. 9394/96 seu Art. 32 estão sendo realizadas para os professores da educação municipal de Cajazeiras-PB. Contudo, algumas professoras enfatizaram que o espaço da formação continuada ofertada pelo Município tem sido utilizado como forma controle de frequência, para verificar se os professores estão cumprindo com a carga horária exigida por lei.

A se referir a formação continuada, Nóvoa (2002, p.57) argumenta que “a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal”. Desse modo, é possível inferir a importância da formação continuada enquanto espaço de reflexão crítica da prática pedagógica, ou seja, uma práxis

pedagógica que oportuniza o professor a construir sua identidade de forma contínua através da prática-reflexão-prática do fazer pedagógico.

As professoras entrevistadas expressam considerações pertinentes sobre influência da formação inicial e continuada na prática pedagógica desenvolvida pelo professor na sala de aula, como pode se observar na fala da professora: “Influência em dar melhor qualidade de ensino a meus alunos. O que eu aprendo nas capacitações eu transmito para meus alunos em sala de aula” (P2, 2015).

Os argumentos da professora demonstram que esta considera importante o conhecimento da formação para ser agregado aos saberes da prática, enfatizando a influência da formação na sala de aula.

Segundo Pimenta (2002) o professor desenvolve sua prática enquanto profissional competente com capacidade de autodesenvolvimento reflexivo. A práxis pedagógica viabiliza o processo de elaboração do conhecimento, a reformulação de práticas na ação pedagógica que oportuniza ao professor investigar sua prática de ensino. Assim, o professor seria levado a reconstruir a sua identidade profissional, enfatizando a pesquisa e o agir docente enquanto prática reflexiva, mediatizada pela práxis política no desenvolvimento profissional do docente.

A partir dos relatos das professoras investigadas foi possível constatar alguns desafios da formação e da prática dos professores em meio às políticas públicas para o exercício profissional no Ensino Fundamental I. “Os desafios são muitos, né? O desafio que as próprias políticas não agem de forma transparente, a formação exige, mas assim, de certas formas, sempre deixa a desejar” (P3, 2015).

A professora destaca que são vários os desafios, enfatizando a falta de transparência das políticas públicas para prática e formação de professores, resultando na falta de qualidade das formações realizadas e não valorização do profissional docente. Logo, se pode afirmar que os desafios dos processos formativos e a implantação das políticas de formação e valorização do profissional docente não se esgotam, estão em movimento, “[...] assim como não se paralisam os processos de produção do conhecimento, dialeticamente, eles se renovam e se recriam instaurando outros dilemas e novos desafios” (BRZEZINSKI, 2009, p.9). Para tanto, se observa que esses desafios devem ser pensados desde o processo de implantação das políticas públicas, uma vez que podem influenciar de forma negativa na qualidade da educação ofertada nas redes públicas municipais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo os estudos realizados e os comentários tecidos pelas professoras sobre políticas públicas para formação de professores do Ensino Fundamental I, faz-se necessário refletir sobre a formação dos professores em uma perspectiva de valorização do profissional docente, no sentido de Instigar os docentes a exigir dos governantes que seja fomentada uma política global que atenda a formação inicial e continuada, garantia da qualidade do ensino público, valorização dos professores, melhores condições de trabalho e de salários.

Cabe destacar também a necessidade de fazer cumprir a exigência da formação em nível superior para atuação do professor na Educação Básica, conforme Lei n. 9.394/96, garantindo formação de qualidade e valorização do profissional docente, além da elaboração e reelaboração de políticas públicas para formação docente que atendam a realidade em que os professores estão inseridos, objetivando melhorias educacionais.

Portanto, pensar a formação dos professores em uma perspectiva de valorização do profissional docente se faz necessário para entender que a responsabilidade sobre os processos educativos não compete só ao educador, deve ser compartilhada com o governo, com as instituições de ensino e com a sociedade, visando garantir condições de formação e de carreiras para os professores contribuam de forma significativa no desempenho dos alunos.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; GATTI, Bernadete Angelina. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. São Paulo: UNESCO, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

[BRZEZINSKI, Iria](#). **Dilemas e desafios nas políticas de formação e de valorização dos profissionais da educação básica**. São Paulo, 2009.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

NÓVOA, António. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: 2002.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.